

BRASIL - RADIOGRAFIA DE UMA NAÇÃO

Sérgio Pinto Monteiro*

APRESENTAÇÃO

O presente texto, primeiro de uma série, não tem objetivos político-partidários nem ideológicos. Seu conteúdo, ainda que eventualmente crítico, é apenas uma *radiografia* onde o autor, ao analisar o comportamento de alguns setores das atividades nacionais, busca identificar o que considera alguns males que afetam o nosso país, tendo como fundamento a liberdade de opinião inerente ao regime democrático, bem como o pleno exercício dos direitos de cidadania previstos na Constituição Federal. A motivação do trabalho está louvada num único e definitivo sentimento de patriotismo de quem almeja um país verdadeiramente democrático, livre, soberano, desenvolvido e socialmente justo.

A metodologia utilizada foi, basicamente, coletar, analisar e compactar informações, comentários, dados estatísticos, índices e outros elementos, capazes de fornecer uma visão realista da problemática abordada.

1 - DEFESA NACIONAL

Manifestamos a convicção da necessidade de se destinarem investimentos expressivos e imediatos para os setores ligados à Defesa Nacional. As mudanças que integram o escopo do conceito da "empresa estratégica de defesa", anunciadas pelo Ministério da Defesa no Fórum Empresarial de Defesa e Segurança da Firjan, têm caráter apenas corretivo: reparar distorções que ao longo dos últimos anos vêm praticamente inviabilizando a indústria de defesa do país. A indústria brasileira do setor, que já foi a 8ª do mundo na década de 80, hoje não figura nem entre as 20 primeiras.

O lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (END), em dezembro de 2008, criou uma nova perspectiva sobre o tema. Entretanto, os orçamentos destinados ao setor não vêm sendo cumpridos, ou seja, são sistematicamente contingenciados. O orçamento do Ministério da Defesa para 2012 é da ordem de R\$ 63,7 bilhões, dos quais R\$ 16,05 bilhões se referem a investimento e custeio (excluídos pessoal e encargos que ficam com a maior parte). Desse valor foram contingenciados, ou seja, cortados, R\$ 3,31 bilhões. Isso afeta, entre outros setores, a indústria de defesa, que precisa de previsibilidade para atender as encomendas que exigem complexidade técnica diferente de outras áreas da economia. O Governo Federal, ao estabelecer os cortes no orçamento de 2012, prejudicou não só o programa de reaparelhamento e transformação das nossas Forças Armadas, mas o próprio esforço do Ministério da Defesa na criação de uma mentalidade de defesa no país.

Outro ponto sensível da indústria de defesa brasileira é a carga tributária que incide sobre o setor, hoje em torno de 40%. Ora, sob essa taxação, os produtos da nossa indústria de defesa não têm competitividade no mercado, além do que os

equipamentos estrangeiros, principalmente americanos, europeus e israelenses, subsidiados em seus países, entram no Brasil com isenção tributária. Somente uma política de incentivos e apoio às empresas do segmento de defesa poderá viabilizar as metas estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa e proporcionar o desejado desenvolvimento tecnológico no setor.

Alertamos para o atual cenário internacional. O Brasil, para ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisa estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também de prováveis ameaças. Além da riqueza do pré-sal, o país dispõe de incontáveis fontes de energia renovável, enormes reservas de água potável e extensas áreas agricultáveis, que nos asseguram uma posição de vanguarda na produção de alimentos. Vale lembrar a afirmação de *John Gray*: “O mundo globalizado é uma construção delicada. Uma população incomparavelmente maior do que em qualquer outra época depende de redes de suprimentos muito amplas. Se quisermos entender as guerras do século XXI, esqueçamos os conflitos ideológicos do século XX. As guerras futuras serão guerras por recursos naturais”.

Recentemente, o Embaixador Rubens Barbosa alertou para o fato de que a OTAN, em novembro de 2010, aprovou uma nova estratégia permitindo sua atuação fora dos limites originalmente traçados do teatro europeu. Naquela oportunidade, foi referendada uma resolução que incluiu a Bacia do Atlântico e, via de consequência, o Atlântico Sul, como área de atuação da Organização, apesar das manifestações e protestos do governo brasileiro. O nosso país, efetivamente, há que estar capacitado para dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.

2 - AMAZÔNIA BRASILEIRA

Realçamos a relevância do incremento da presença militar brasileira na Amazônia. As ameaças que pairam sobre a região, ao reverso do que alguns incautos proclamam, são reais e atuais, exigindo atitudes imediatas e respostas adequadas. Um expressivo poder militar na área amazônica certamente atingirá os objetivos previstos na estratégia de dissuasão, ao mesmo tempo em que, num cenário de confronto, dotará as nossas forças de um nível maior de eficácia inclusive numa eventual necessidade de utilização da estratégia da resistência.

Apontamos para a necessidade imediata de estudos e ações visando à proteção de nossas reservas hídricas. Segundo dados da FAO, a América do Sul dispõe do maior potencial hídrico do planeta. Apenas no que se refere aos recursos de superfície, o Brasil detém 12 % de toda a água doce da Terra e 53 % do total da América do Sul. A água é um bem precioso e cada vez mais escasso. Já foi causa de guerras e o uso de recursos compartilhados de rios é motivo de discórdias entre países. Atualmente, a escassez de água começa a ser um problema real em algumas regiões, como a Califórnia, e países, como a China e Israel, por exemplo.

A Amazônia detém cerca de 20% de toda a água doce da Terra. Somente o Rio Amazonas tem cerca de 17% da água doce do planeta em estado líquido. Um segundo de sua vazão é suficiente para suprir o consumo diário de uma cidade de dois mil habitantes. Tamanho potencial hídrico há que ser preservado e protegido, principalmente quando as comunidades científicas, nacional e internacional, chamam a atenção para um cenário mundial de escassez de água potável já a partir

de 2025. Há informações do exterior que apontam para a construção de gigantescos navios-cisterna destinados ao futuro abastecimento do planeta. A Amazônia, certamente, e mais uma vez, será alvo da cobiça internacional.

Nesse contexto, sugerimos face à crescente necessidade de Oficiais subalternos na região amazônica, a criação de um CPOR na área, o que poderia ser viabilizado aproveitando-se as instalações já existentes em organizações do Comando Militar da Amazônia. Tais Oficiais, perfeitamente adaptados à região, substituiriam com vantagem os Temporários que, muitas vezes, são deslocados de outros locais para as organizações militares da Amazônia.

3 - AMAZÔNIA AZUL

O poder naval de uma nação é o componente militar de seu poder marítimo. Cabe a ele prover a segurança marítima do país, em qualquer cenário. O poder naval brasileiro, em especial como fator dissuasório, será de fundamental importância nas próximas décadas, assegurando a defesa do nosso espaço e riquezas marítimas. A desejável presença de submarinos nucleares em nossas forças navais, integrando uma esquadra revitalizada e fortalecida, nos capacitará a manter a soberania no mar e a defender os nossos interesses não só na Amazônia Azul, como também em toda a área de influência do poder naval brasileiro no Atlântico Sul, entre o nosso continente e a África.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) destaca a Amazônia e o Atlântico Sul como duas Áreas de Importância Estratégica. Portanto, o Brasil precisa de uma Marinha Oceânica capaz de operar em todo o Atlântico Sul, dispondo de meios e de logística adequada.

O cenário aponta, no futuro, para uma intensa atividade diplomática na região. Claro, espera-se que eventuais conflitos sejam resolvidos pacificamente. Mas vale lembrar o *Barão do Rio Branco*: “é muito bom discutir acordos tendo por trás de si uma esquadra com credibilidade”.

4 - ECONOMIA

No início do século XXI, concluída a etapa mediterrânea do processo de globalização, o fenômeno atingiu inexoravelmente o Leste Europeu, a Rússia, e a China - áreas que experimentaram radicalmente o modelo socialista - e também a Índia. Os fluxos de comércio da região estavam convergindo aos prósperos mercados de massa dos EUA e da Europa. O capitalismo estava se adequando aos novos tempos. Os sinais da nova ordem global, transmitidos pelo sistema de preços internacionais, indicavam oportunidades e riscos, em especial para os países emergentes como o Brasil.

Entretanto, a partir de 2006, houve uma mudança radical na economia mundial. De um lado, a crise americana, ainda não resolvida. De outro, a formação de uma disfunção financeira na zona do euro, fundamentalmente, por problemas fiscais. Alguns países, como a Grécia, Portugal e Espanha gastaram mais do conseguiram arrecadar por meio de impostos nos últimos anos. Para se financiar, passaram a acumular dívidas.

Assim, a relação do endividamento sobre PIB de muitas nações do continente ultrapassou significativamente o limite de 60% estabelecido no Tratado de *Maastricht*, de 1992, que criou a zona do euro. No caso da economia grega, exemplo mais grave de descontrole das contas públicas, a razão dívida/PIB é mais que o dobro deste limite. A desconfiança de que os governos da região teriam dificuldade para honrar suas dívidas fez com que os investidores passassem a temer possuir ações, bem como títulos públicos e privados europeus, o que potencializou as consequências da crise.

O ano de 2012 se iniciou com a crise econômica na Europa em pleno desenvolvimento. Na Inglaterra, segundo dados do *Eurostat*, há mais de um milhão de jovens desempregados. Em Portugal, o índice supera os 30 %. Na Espanha, segundo dados divulgados pelo Ministério do Emprego e Segurança Social, o desemprego aumentou em dezembro, pelo quinto mês consecutivo, atingindo a alarmante cifra de 48,9 %, vitimando mais de 20 % da população economicamente ativa.

Na economia francesa, a segunda maior da zona do euro, o índice está em torno de 25 % dos jovens. Segundo os números publicados pelo Ministério do Trabalho, o número de franceses desempregados aumentou, nos últimos meses, em quase 30 mil, alcançando em todo o país, dois milhões e 845 mil pessoas sem trabalho. O aumento, em relação ao ano passado, é de 5,2 %, afetando particularmente os jovens de menos de 25 anos e os franceses de mais de 50 anos. A situação poderá piorar já que o Instituto de Estatística *Insee* prevê, até ao fim de junho, uma taxa de desemprego na França de 10 %.

Já a economia grega deverá retrair pelo quinto ano consecutivo e a taxa de desemprego bater novos recordes, praticamente paralisando o país. Em resumo: o ano se iniciou com seis milhões de desempregados em toda a União Européia.

No Brasil, como resultado dos acertos da política econômica iniciada no Governo Itamar Franco, desenvolvida no Governo Fernando Henrique Cardoso e mantida até hoje em suas linhas mestras, a crise mundial ainda não atingiu significativamente a economia, cujos fundamentos nos asseguram uma relativa blindagem. Entretanto, com o possível agravamento da economia européia, seus efeitos certamente se farão sentir entre nós. Uma recessão global derrubaria a demanda e o preço das *commodities*, prejudicando as exportações, desacelerando a economia e afetando o mercado de trabalho. Se o dólar subir, como normalmente acontece nas crises pelo fato de que essa moeda funciona como um escape para os investidores por ainda ser considerada a mais confiável como reserva de valor, o preço dos importados também subirá, pressionando a inflação, já em alta no país.

Outro ponto sensível são os financiamentos de obras de infra-estrutura, como os diretamente relacionados com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, muitas vezes atrelados a agentes externos. O preço das *commodities* em queda, influencia diretamente o resultado das empresas nas Bolsas de Valores, já que os lucros diminuem e, via de consequência, provocam a queda das ações das empresas brasileiras, em grande parte exportadoras de *commodities*.

O Mercosul, por outro lado, tem graves problemas operacionais e estruturais. Basta constatar que, há oito anos, o bloco respondia por 4,6 % da produção mundial de veículos, índice vem caindo paulatinamente. Observamos que os olhos dos investidores estão de novo sobre a Ásia, enquanto a América Latina está fazendo um

mergulho no passado, caminhando para uma esquerdização ultrapassada. É preciso, pois, melhorar a distribuição de renda na região, eis que são as desigualdades sociais que insuflam os líderes populistas. A questão básica é saber se o populismo ganhará força na América Latina, ou se os países, para atingirem o desenvolvimento sustentado, continuarão no caminho do equilíbrio fiscal e das reformas estruturais.

5 - SEGURANÇA PÚBLICA

Constatamos que, apesar de alguma melhora em áreas muito específicas, a segurança pública no Brasil está longe de atingir níveis ao menos razoáveis. As causas, origens e soluções do problema têm sido exaustivamente analisadas por especialistas na matéria.

Um dos principais responsáveis pelos elevados índices de criminalidade é a impunidade dos delinquentes. Recentemente foi divulgado um estudo que demonstra, claramente, o nível de ineficiência dos nossos organismos policiais: o Governo Federal, a Justiça e o Ministério Público estabeleceram como meta a conclusão, até dezembro de 2011, de 143 mil inquéritos de assassinatos ou tentativas de homicídio, iniciados antes de 2007, até então não solucionados. Ao final do prazo, somente 28 mil (20% do total) foram concluídos, mas sem indicação de autoria. O número de inquéritos remetidos ao Ministério Público para que uma denúncia formal fosse oferecida à Justiça foi apenas de 4.652 processos. Ou seja, pouco mais de 3% dos 143 mil casos tiveram um culpado apontado. O Estado que mais arquivou inquéritos foi o Rio de Janeiro: cerca de 96% das investigações foram encerradas sem a descoberta do criminoso. É a impunidade a serviço do crime.

Na segurança pública, fica claro que o problema de proporcionar um mínimo de tranquilidade à população é tipicamente policial. Via de consequência, a repressão e prevenção exigem mais competência do poder público. Os cientistas sociais frequentemente mencionam a existência de “fatores sociais de compulsão à marginalidade”. Entretanto, é necessário que a violência deixe de ser uma herança inexorável nas comunidades carentes. Dois instrumentos são fundamentais e sobejamente conhecidos no combate à exclusão social: planejamento familiar, para que tantas crianças não cresçam em virtual abandono e um esforço na área de educação capaz de beneficiar toda a população. A atuação do Estado parece limitar-se a uma retórica improdutiva e ineficaz.

Parece-nos também que, além dos infundáveis projetos sociais em morros e favelas, muitas vezes sujeitos à corrupção e ao clientelismo, os mecanismos de correção e de desestímulo ao ato criminoso precisam ser revistos de forma mais contundente e realista. As ações governamentais em matéria de segurança são eminentemente técnicas e não podem estar submetidas a interesses políticos, quase sempre divorciados das conveniências e necessidades do cidadão. Cabe à sociedade, e suas instituições organizadas, exigirem do poder público, em todos os níveis, e em curtíssimo prazo, uma reversão do atual quadro de expansão da criminalidade em quase todo o país. *Albert Einstein* afirmou certa vez que “o mundo é um lugar perigoso para se viver, não só por causa daqueles que fazem o mal, mas por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer”.

O que parece evidente é que há necessidade de uma ampla mobilização nacional de combate a violência, liderada pelo governo federal. O fato é que o tema não pode

mais ser tratado localmente. Ele impõe uma ação coordenada dos três níveis do Poder Executivo, além do Legislativo e do Judiciário. Sem uma estratégia nacional, não será possível vencer o desafio de reduzir a patamares suportáveis os elevados índices de criminalidade no país. Há uma disfunção entre as três polícias - federal, militar e civil - que se dividem entre o narcotráfico, o tráfico de rua e os crimes conexos. Na verdade é um crime só, que desemboca nas três esferas. É necessário integrar as polícias, levando a uma compensação de deficiências pontuais entre os estados, num sistema de solidariedade e cooperação federativa.

A política de troca e disponibilização de informações entre os estados e a união, em alguns casos, já é uma realidade. Há que se considerar que a informação só tem força como instrumento eficaz de segurança, se for compartilhada por todos os segmentos policiais. Essa integração não pode vir imposta apenas pela Lei. É preciso envolver todos os atores no processo para que tenha perenidade. Os governos são passageiros e esses princípios têm de estar consolidados nas estruturas estaduais. Por outro lado, os municípios devem ser envolvidos no contexto em função do maior poder de mobilização que oferecem, comparados aos Estados que têm limites de alcance físico. São os municípios que detêm as informações mais importantes no que diz respeito ao monitoramento da desordem, dos delitos e da qualidade de vida das pessoas, itens relacionados à criminalidade urbana. Vale recordar o programa "Tolerância Zero", desencadeado em Nova York, e que reduziu, drasticamente, a violência local. Polícia e sociedade, trabalhando juntos, conseguiram excelentes resultados no combate e prevenção da criminalidade.

Lembrando Madre *Tereza de Calcutá*: "Ontem foi embora, amanhã ainda não veio. Temos somente hoje. Começemos".

6 - EDUCAÇÃO

Educação em nosso país é matéria onde convivem, estranhamente, consensos e divergências. As concordâncias são óbvias e genéricas: ninguém diverge sobre a importância da educação para qualquer país. Especialmente para o Brasil, que além de toda uma problemática inerente a formação da população, rapidamente terá de enfrentar no mundo globalizado ferozes concorrentes como China e Índia, que investem maciçamente em educação. As divergências estão no *modus faciendi*, basicamente sob o jugo de prioridades duvidosas e decisões políticas muitas vezes equivocadas.

Salvo poucas exceções - em geral nos níveis municipais e estaduais - a educação não tem sido adequadamente priorizada. Recentemente a mídia publicou uma notícia alarmante: metade das crianças da terceira série do ensino elementar não sabe ler nem escrever; desconhecem para que serve a pontuação; são incapazes de ler horas e minutos nos relógios. Parece que estamos produzindo estudantes analfabetos.

Por outro lado, uma consulta ao INEP, órgão do MEC responsável por avaliações e estatísticas, informou que no Brasil existem 5 milhões de funcionários na área da educação, dos quais apenas 2 milhões são professores. Ou seja, temos 3 milhões de funcionários fora das salas de aula! Segundo dados do *Education at a Glance*, a relação entre funcionários e professores nos países membros da OCDE é de apenas 0,43, enquanto no Brasil, considerando apenas o setor público, é da ordem de 1,48 -

quase três vezes e meia maior. Fica muito claro que, no Brasil, se gasta muito mal em educação.

A equação que congrega a devida universalização e qualificação do ensino com a redução dos gastos públicos tem levado a resultados medíocres. Por outro lado, há uma profunda incoerência entre os fracos padrões de qualidade exibidos pelo nosso sistema educacional e o modelo de economia de mercado, que pressupõe, além de uma forte participação da iniciativa privada no processo, um elevado grau de eficácia na formação profissional. Sem um sistema educacional com uma gestão eficiente e honesta dos recursos disponíveis (5% do PIB), aliada a uma efetiva valorização do magistério, o modelo permanecerá na retórica ideológica, incapacitando o país a enfrentar a intensa competição de um contexto globalizado.

Infelizmente, a educação não é prioridade em nosso país.

7 - SAÚDE

A expectativa de vida do brasileiro, seguindo uma tendência geral, aumentou em 2011 para 72,5 anos. Mas o Brasil, ainda assim, aparece somente na 123ª posição no *ranking* mundial de 220 países. Segundo o Gráfico do *Rank*, da *Cia World Factbook*, na América Latina e Caribe o Brasil fica atrás de países como a Costa Rica, Equador, República Dominicana, Chile, México, Colômbia, Venezuela, Paraguai, El Salvador e Uruguai.

A saúde do brasileiro, especialmente da imensa camada da população (80 %) que não tem condições de dispor de um Plano de Saúde privado, vai muito mal. O problema é complexo. Enquanto a evolução científica e tecnológica faz os custos das práticas médicas subirem constantemente, a inexorável tendência demográfica do envelhecimento da população aumenta continuamente a pressão sobre a estrutura pública de saúde.

A lamentável e bem conhecida realidade é que a população de mais baixa renda, impossibilitada de arcar com os custos elevados (muitas vezes exorbitantes) dos Planos de Saúde, ao recorrer aos hospitais, ambulatórios e postos de saúde da rede pública quase sempre não consegue um atendimento adequado, tanto pela demora como pela baixa qualidade do serviço que lhe prestado.

Após a promulgação da Constituição de 1988, os constituintes criaram o maior programa de inclusão social já realizado no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), com o intuito de assegurar o acesso universal e gratuito de todos os cidadãos à saúde. No ano 2000, através da emenda constitucional nº 29, uma parcela fixa das receitas tributárias dos entes federativos passou a ter destinação específica para a saúde. No caso da União, por certo período, esses gastos foram atrelados à evolução do PIB. Daí em diante, a união, estados e municípios passaram a usar de artifícios para driblar a determinação constitucional. Em toda a Federação desviam-se recursos da saúde para obras de saneamento (no país apenas 68,9 % dos domicílios dispõe de saneamento básico) ou para ações meramente assistencialistas, muitas vezes demagógicas e eleitoreiras, sob o argumento de que são gastos preventivos contra doenças. O perigo do assistencialismo inadequado é levar o brasileiro a renunciar à sua dignidade em busca de ajuda, praticamente sob forma de esmola.

O Brasil, ainda segundo o Gráfico do *Rank*, da *Cia World Factbook*, aparece com 9 % do Produto Interno Bruto aplicado à Saúde, ocupando o 44º lugar entre 190 nações,

atrás de países como Argentina, Nicarágua, Costa Rica, Cuba, Gana e Ruanda. Infelizmente, também a saúde dos brasileiros não é priorizada nas ações governamentais.

8 - CORRUPÇÃO

A corrupção desenfreada que grassa em muitos escalões do poder civil deixa a sociedade brasileira perplexa e incrédula. Todos assistimos, rotineiramente, o lamentável espetáculo de autoridades e cidadãos, muitos dos quais eleitos representantes do povo, envolvidos num mar de escândalos através de procedimentos inadequados, antiéticos e frequentemente delituosos.

As principais causas da corrupção são bem conhecidas: instituições frágeis, hipertrofia e aparelhamento do Estado, clientelismo político, burocracia, impunidade. O governo federal emprega 90.000 pessoas em cargos de confiança. Nos Estados Unidos, há 9.051. Na Grã-Bretanha, cerca de 300. Isso faz com que os servidores trabalhem para partidos, e não para o povo, prejudicando severamente a eficiência do Estado. A corrupção se disfarça de desperdício e se reproduz nos labirintos da burocracia e nas insondáveis trilhas da selva tributária brasileira.

Nos últimos dez anos, segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, foram desviados dos cofres brasileiros R\$ 720 bilhões. No mesmo período, a Controladoria-Geral da União fez auditorias em 15.000 contratos da união com estados, municípios e ONGs, tendo encontrado irregularidades em 80% deles. Nesses contratos, a CGU flagrou desvios de R\$ 7 bilhões - ou seja, a cada R\$ 100 roubados, apenas R\$ 1 é descoberto. Desses R\$ 7 bilhões, o governo conseguiu recuperar pouco mais de R\$ 500 milhões, o que equivale a 7 centavos revistos para cada R\$ 100 reais roubados. Uma pedra de gelo na ponta de um iceberg.

Com o dinheiro que escoia a cada ano para a corrupção - R\$ 72 bilhões - (2,3% do PIB), seria possível erradicar a miséria, elevar a renda per capita em R\$ 443 reais e reduzir a taxa de juros.

Um dos principais problemas que dificultam o combate à corrupção é a cultura de impunidade ainda vigente no país. A justiça é morosa, e aqueles que podem pagar bons advogados dificilmente são condenados. Cadeia para esses, nem pensar. Além disso, o fato de os políticos gozarem de direitos como o foro privilegiado e serem julgados de maneira diferente da do cidadão comum também contribui para a impunidade. Em estudo divulgado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, foi revelado que entre 1988 e 2007, isto é, um período de dezoito anos, nenhum agente político foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal. Durante esse tempo, o Superior Tribunal de Justiça condenou apenas cinco autoridades.

Há que se conclamar os homens de bem do país a se mobilizarem, utilizando de todos os meios legais disponíveis, em especial a mídia, para uma verdadeira cruzada contra a improbidade nas estruturas organizacionais públicas. Já os políticos desonestos, além das sanções legais cabíveis, merecem o repúdio da sociedade e nunca mais o nosso voto.

COMENTÁRIOS FINAIS

A nação está doente. Este, o primeiro diagnóstico após a visualização desta simples radiografia. Outros exames, mais aprofundados, certamente serão necessários. Mas a sociedade brasileira, responsável final pela saúde e sobrevivência de nosso país, precisa aplicar as primeiras medicações visando à recuperação do ilustre paciente. Claro, desaprovamos o uso de produtos não previstos na literatura ou nos manuais. Seus imprevisíveis efeitos colaterais não os recomendam. Seriam cogitados apenas na hipótese, pouco provável, de uma doença terminal e como recurso heróico. Confiamos que todo o arsenal terapêutico disponível nas prateleiras será suficiente para restabelecer a saúde do enfermo. Todos auguramos pelo bem estar do nosso amado Brasil, para que ele, recuperado, volte a sorrir e proporcionar a seus filhos queridos a proteção e futuro de felicidades que merecem.

*o autor é professor, historiador e Oficial da Reserva Não Remunerada do Exército Brasileiro. É presidente do Conselho Nacional de Oficiais R/2 do Brasil e membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto Campo-Grandense de Cultura. É autor do livro “O Resgate do Tenente Apollo” (Ed. CNOR, 2006)